

## ► A construção do Instituto Federal Fluminense *campus* Macaé e sua relação com a história macaense

Henrique Barreiros Alves <sup>\*</sup>, Nadia Batista Corrêa <sup>\*\*</sup>, Rosilene de Paula Brum <sup>\*\*\*</sup>, Alan Murilo Pereira Duque <sup>\*\*\*\*</sup>, Ruan Marcondes Silva <sup>\*\*\*\*\*</sup>

### Resumo

O presente projeto de extensão pretende recuperar a memória do estabelecimento de uma escola técnica federal no município de Macaé, trazendo à tona os vários aspectos sociais, políticos e econômicos a ele relacionados. Como primeiro trabalho elaborado pelo Centro de Memória do IFFluminense *campus* Macaé é fundamental a coleta de dados, a fim da realização de uma pesquisa histórica. O esforço empreendido visa trazer à comunidade acadêmica elementos formadores de opinião e de identidade institucional e regional. A pesquisa se dá através da recuperação de artigos relacionados à temática, usando como fonte primária o jornal local “O Debate”, no corte temporal de 1983 até 1993.

Palavras-chave: Memória coletiva – Macaé (RJ). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Ensino Técnico - Rio de Janeiro (RJ) - História

### I Introdução

O presente artigo é fruto do primeiro trabalho do Centro de

<sup>\*</sup> Especialista em Comunicações em Mídias Digitais, Biblioteca, *campus* Macaé.

<sup>\*\*</sup> Mestre em Educação, Registro acadêmico, *campus* Macaé.

<sup>\*\*\*</sup> Discente do curso de Meio Ambiente, Pronatec, *campus* Macaé.

<sup>\*\*\*\*</sup> Graduando em Produção Cultural, Universidade Federal Fluminense.

<sup>\*\*\*\*\*</sup> Discente do curso de Eletrônica, *campus* Macaé.

Memória do Instituto Federal Fluminense, *Campus Macaé*, projeto de extensão recém criado e em fase de implantação, que pretende resgatar a memória da aludida instituição. O resultado, até o momento, é um breve relato sobre o processo de instauração da escola no município de Macaé – RJ, ressaltando os aspectos sociais, políticos e econômicos relacionados ao mesmo.

A instituição da qual tratamos foi criada no ano de 1993, como uma Unidade Descentralizada de Ensino do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos e, com a transformação do CEFET - Campos em Instituto Federal Fluminense, tornou-se *campus* desse Instituto no final de 2008.

Desde a sua criação, a escola formou diversos profissionais, habilitando-os para atuar em diferentes especializações, em sua maioria relacionadas à área da indústria. Observa-se que a história dessa instituição está bastante relacionada à história recente do município de Macaé, que, desde os anos 1970, passou a abrigar a Petrobrás e, por esse motivo, ampliou consideravelmente a demanda por trabalhadores qualificados para atuar nas muitas empresas que atuam direta ou indiretamente no setor petrolífero.

Abordamos a construção da Escola Técnica em Macaé à luz da história da educação brasileira e do município, procurando observar as transformações e desafios econômicos e sociais enfrentados pela população macaense nas duas últimas décadas do século XX, relacionando também outros aspectos pertinentes ao trabalho realizado.

Pretendemos que o resgate da memória do referido *campus* seja motivador do desenvolvimento de novos trabalhos relacionados à temática histórica da região, despertando nos alunos e na população de região a percepção do desenvolvimento da região Norte-Fluminense, notadamente, da cidade de Macaé.

## 2 Metodologia

Até o momento, o projeto está se desenvolvendo por meio de um levantamento de fontes primárias de informação, adotando o jornal local “O Debate” como o primeiro instrumento para a obtenção de dados. O corte temporal, a princípio, parte do ano de 1983 até o ano de 1993, seguindo até a atualidade, em conformidade com o andamento do projeto. Nosso intuito é formar um acervo voltado para a história do *campus*, assim como preservar e disseminar a memória a ele relacionada.

Com a intenção de atingir um público além dos limites da instituição, o acervo físico está sendo digitalizado para disponibilização na web, facilitando pesquisas relacionadas à temática. Acervos particulares de servidores têm sido constantemente doados ao Centro de Memória, os quais também passam pelo processo de digitalização.

Algumas das fontes vitais estão presentes no próprio *campus*, e têm sido disponibilizadas ao Centro de Memória. Outras, estão distribuídas em arquivos pessoais, como já colocado anteriormente e, outras, encontram-se nos arquivos de jornais locais, como “O Debate”, e até mesmo em bibliotecas, como a Biblioteca Pública Municipal Dr. Télió Barreto, situada em Macaé. Inicialmente, essas são as principais fontes de consulta e digitalização de materiais relacionados à história do *campus*.

Até o final de 2015, pretende-se disponibilizar na web todo o acervo particular já coletado, assim como o material relacionado ao *campus* e encontrado nas matérias do Jornal “O Debate”, o qual serviu como referência para a leitura da trajetória histórica do IFF Macaé, constituindo um marco para a institucionalização do *campus* na localidade. Outros materiais, como livros, fotografias, folhetos e diversos, estarão disponíveis na biblioteca do *campus*.

Existe a perspectiva de elaboração de um vídeo institucional para exibição em mostras, eventos e em feiras realizadas em escolas de

nível fundamental, de forma a apresentar a realidade do IF Fluminense e o trabalho nele desenvolvido aos muitos jovens que estão em fase de preparação para o seu processo seletivo. O vídeo inclui entrevistas com servidores, alunos e participantes do processo de estabelecimento da então Unidade Descentralizada de Ensino. Trabalho semelhante fora realizado para a recepção dos novos servidores de 2014, com a preparação e exibição de um vídeo contendo uma breve apresentação da instituição, fornecendo a expertise necessária à tarefa. Trabalhos como este, buscam a valorização histórico-social e da cultura de Macaé, uma cidade com um grande trânsito de pessoas devido a existência do mercado de petróleo, mas que tem em sua história um ponto fora da curva, revelado pelo desconhecimento, por parte de seus habitantes e transeuntes, de sua rica história.

### ***3 Resultados, desenvolvimento e discussão***

Impossível falar da constituição de uma escola técnica sem levar em consideração o retrato local, as demandas regionais por trabalhadores qualificados e as mudanças históricas relacionadas à cidade, localizada no interior do estado, 180 quilômetros a nordeste da capital. Dados do IBGE apontam que Macaé possuía 206.728 habitantes no ano de 2010. O início da exploração do petróleo na Bacia de Campos, na década de 1970, tornou o município atrativo para trabalhadores de diversas cidades, e, por isso, Macaé passou por um processo de incremento de sua população nas últimas décadas.

Regiões e Municípios	1970	1980	1991	2000	2010
Região Norte Fluminense	471.038	514.644	611.576	696.988	849.302
Campos dos Goytacazes	285.440	320.868	376.290	406.511	463.545
Carapebus	8.164	6.834	7.238	8.651	13.348
Cardoso Moreira	17.958	14.728	12.819	12.579	12.540
Conceição de Macabu	11.560	13.624	16.963	18.706	21.200
Macaé	47.221	59.397	93.657	131.550	206.748
Quissamã	9.933	9.620	10.467	13.668	20.244
São Fidélis	35.143	34.976	34.581	36.774	37.553
São Francisco de Itabapoana	39.883	35.932	38.714	41.046	41.357
São João da Barra	15.736	18.665	20.847	27.503	32.767

**Quadro 1 – Evolução da População nos municípios do Norte Fluminense de 1970 a 2010. M**

Fonte: Ressiguer (2011) apud Loureiro (2014).

Antes da criação da cidade, segundo pesquisas arqueológicas, os habitantes mais prováveis da região que compreende o território do município foram os índios goitacás<sup>1</sup>, que também estendiam seu território até o Espírito Santo, nos tempos da Capitania de São Tomé, pertencente ao donatário Pero de Góis da Silveira.

Após o perigo da invasão de corsários, confirmado ao governo Português, é que Macahé<sup>2</sup> atraiu interesse político, pois até então as regiões que mais despertavam interesse eram a Guanabara e São Vicente. O historiador Antonio Alvarez Parada<sup>3</sup>, natural de Macaé, fixa em 1615 a data efetiva do início da colonização da cidade.

Atribuiu-se ao ministro espanhol Gondomar, no momento de domínio da Espanha sobre Portugal, a iniciativa de mandar habitar, com o número de cem a duzentos índios, uma aldeia sobre o rio Macahé, defronte à Ilha de Santana e, também, realizar a fundação de um povoamento semelhante sobre o rio Leriipe (no atual município

<sup>1</sup> Os goitacás também eram chamados guaitacás.

<sup>2</sup> Nome da cidade em momento histórico anterior.

<sup>3</sup> Também conhecido como Tonito, nascido em 27 de dezembro de 1925 e falecido em 15 de março de 1986. Foi escritor, professor, poeta, historiador e jornalista, destacando-se como o maior historiador macaense (FROSSARD, 2006).

de Rio das Ostras), local onde acontecia extração ilegal das madeiras colorantes de Pau-Brasil. (BRASIL, 2014).

O filho de Araribóia, Amador Bueno, chefiou o povoado que corresponde hoje à cidade de Macaé. O outro núcleo primitivo se estabeleceu na Freguesia de Neves, onde o missionário Antonio Vaz Ferreira conseguiu catequizar os índios que campeavam às margens dos rios Macaé, Macabu e São Pedro. A colonização oficial, feita pelos jesuítas, só teve início em fins de 1630, quando eles começaram a erguer a Capela de Santana, um engenho e um colégio num lugar posteriormente conhecido como a Fazenda dos Jesuítas de Macaé. (BRASIL, 2014).

Já na segunda metade do século XVIII, os jesuítas tinham sua permanência ameaçada pela administração pombalina, com vários interesses em jogo no cenário europeu e nos domínios ultramarinos pertencentes à coroa portuguesa. Conforme destaca o pesquisador Tiago Miranda (2011), “do Brasil chegavam informes com impressões nada favoráveis sobre a atuação dos religiosos”, com relatos de desacato aos representantes da coroa e da intenção de constituição de um Estado paralelo.

Este processo culminou com a expulsão dos religiosos das cercanias de Macaé e, em decorrência disso, no ano de 1776, as terras da fazenda de Macaé foram arrematadas por Gonçalo Marques de Oliveira e, mais tarde, pelo capitão Bento José Ferreira Rabelo.

No dia de 29 de julho do ano de 1813 nascia a Vila de São João de Macahé, através do Registro de Provisão e Alvará expedido pela vontade de D. João VI, Príncipe regente de Portugal, seis anos depois de transferir a família real e a corte portuguesa para o Brasil, fixada no Rio de Janeiro.

A economia baseada principalmente na agricultura de subsistência e, de forma complementar, na produção principal dos gêneros de cana-de-açúcar e café para venda na capital, garantiria a sobrevivência da vila nos anos seguintes. Em relatos à época contavam-se cerca de 20 engenhos de açúcar (TAVARES; CAUTIERO; FRANCO, 2014, p. 45).

Entre 1874 e 1875, foi entregue a ferrovia de trecho Macaé a Campos,

que contava com 97 km, e que “Do porto de Imbetiba, ao sul de Macaé a ferrovia conectava a cidade do Rio de Janeiro com o sistema de navegação através de quatro vapores” (SILVA; CRUZ; CUNHA, 2010), fortalecendo o crescimento do interior do estado e a circulação de mercadorias.

A criação da prefeitura de Macaé é datada de 1910, com instalação definitiva em 1913, por iniciativa do então presidente do Estado do Rio de Janeiro, Alfredo Augusto Guimarães Backer (TAVARES; CAUTIERO; FRANCO, 2014, p.82).

No mandato do presidente Washington Luis Pereira de Souza, macaense, nascido em 1869 e último presidente da República Velha, foi construída a Usina de Glicério, que funcionou de 1929 a 1970, fornecendo energia elétrica para Macaé.

A partir da década de 1970, quando se deu a escolha da cidade como reduto central da empresa petrolífera Petrobrás, e tiveram início suas operações na Bacia de Campos, a cidade sofreu grandes transformações, em todos os aspectos.

Desde então, inúmeras empresas se instalaram na cidade, multiplicando sua população e demandando profissionais. Isso, sem considerar o grande número de pessoas que foram atraídas pelo estabelecimento dessas empresas no município. O terceiro setor recebeu grande incremento, com a construção de luxuosos hotéis e variados restaurantes com foco no turismo de negócios.

#### **4 O Estabelecimento de Escolas Técnicas no Brasil**

O surgimento das escolas técnicas remete a um momento em que o Brasil ainda estava se reorganizando administrativamente. Em seus discursos, no ano de 1890, Marechal Deodoro da Fonseca já voltava sua preocupação para a constituição de uma educação voltada à formação profissional:

[...] cumpre-nos voltar vistas solícitas e patrióticas para a conquista realizada, para a obra que, embora finda, há de ir recebendo,

com o tempo, com a observação dos fatos, com o conhecimento exato das circunstâncias e das necessidades reais do País, com o aperfeiçoamento da educação popular e política das classes e dos partidos, com as expansões que forem tendo as nossas riquezas, as nossas indústrias, os retoques e as reformas indispensáveis à sua consolidação. Até ontem, a nossa missão era fundar a república; hoje, o nosso supremo dever perante a pátria e o mundo é conservá-la e engrandecê-la. (apud BRASIL, 1987, p. 15).

Entretanto, coube ao presidente Nilo Peçanha o estabelecimento das Escolas de Aprendizes Artífices, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sendo então inaugurada a Escola de Aprendizes Artífices de Campos, em 23 de janeiro de 1910<sup>4</sup>.

Para Cunha (2000, p. 94), a criação dessas escolas estava permeada, de um lado, por uma visão conservadora: seria necessário instruir os trabalhadores brasileiros, como forma de evitar a “inoculação de ideias exóticas” entre esses. Por outro lado, havia uma visão progressista do “industrialismo”: o fortalecimento da indústria traria o progresso, a modernização e resolveria os problemas econômicos do país. O trecho abaixo, extraído do decreto de 1909, e citado por Cunha, demonstra um pouco do pensamento vigente naquele início de século XX:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existencia: que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo tecnico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime. (BRASIL, 1909)

<sup>4</sup> Fato curioso é que a totalidade das escolas se situaram nas capitais dos estados, excetuando-se a fluminense, no interior do estado do Rio de Janeiro, município de Campos, cidade natal do Presidente da República. “Segundo Cunha (2000) essa não foi uma deliberação nepotista do gestor federal, ela procedeu das adversidades político-partidárias locais. Alfredo Backer, sucessor de Nilo Peçanha na presidência do Estado do Rio de Janeiro, além de ter extinguido dois dos cinco estabelecimentos estaduais de ensino profissional criados por ele em 1906, não se dispôs a oferecer um prédio na capital para sediar a recém-criada escola profissional federal. Perante essa indiferença do administrador estadual, a Câmara Municipal de Campos, por deliberação de 13 de outubro de 1909, adiantou-se e disponibilizou ao governo federal o edifício necessário que foi aceito prontamente”. (CUNHA, 2000; GOMES, 2004, p.19 apud KUNZE, 2009, p.18)



Durante o século XX, sucessivas reformas e iniciativas transformaram o ensino técnico no Brasil. Para parte dos especialistas em educação, a formação profissional no ensino médio é pautada por uma dualidade, por formar intelectuais (em geral, de origem entre as classes mais favorecidas) e, ao mesmo tempo, formar trabalhadores técnicos especializados, com menor preparo intelectual.

Kuenzer (2001, p. 10) explica que essa tensão entre formação geral e profissional, no Brasil, não tem levado à síntese entre conhecimentos científicos, humanísticos e tecnológicos. Traçando um breve histórico da educação brasileira, no que se refere ao ensino de segundo grau, a autora mostra que a legislação sempre proporcionou uma separação entre a trajetória escolar de grupos sociais diferentes.

A reforma Francisco Campos, de 1932, determinava que somente os alunos egressos do curso ginásial poderiam prestar os exames para o ensino superior; aqueles que frequentassem o curso normal, técnico comercial e agrícola não poderiam concorrer a uma vaga na universidade.

Em 1942, com a Reforma Capanema, é criado o ensino secundário, chamado curso colegial (que poderia ser científico ou clássico), e esse permitia o ingresso no ensino superior. O curso normal, agrotécnico, comercial técnico e industrial técnico estavam no mesmo nível do curso colegial, mas não davam acesso ao ensino superior (no entanto, havia a possibilidade de adaptação a partir de exames específicos).

Com a criação do Sistema S e a transformação das escolas de aprendizes artífices em Escolas Técnicas Federais, nos anos 1940, a dualidade do sistema educacional é reforçada, ao delimitar trajetórias escolares específicas para cada grupo social (KUENZER, 2001, p. 11-14).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 deu equivalência aos cursos secundários, e todos passaram a permitir o ingresso no ensino superior. Essa lei referendou a equivalência que, ao longo dos anos 1950, foi, aos poucos, estabelecida na legislação brasileira.

Três importantes leis de equivalência foram criadas antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961: a) a lei 1076 de 1950 permitiu que os concluintes do primeiro ciclo profissional

ingressassem no ciclo colegial secundário, desde que fizessem exames das disciplinas de cultura geral; b) em 1953, a lei 1821 permitiu que os egressos do segundo ciclo dos cursos técnicos ingressassem no ensino superior, desde que se submetessem a exames; c) por último, a lei 3552 de 1959 reformou o ensino industrial, incluindo no primeiro ciclo as disciplinas de cultura geral, tornando os cursos técnicos equivalentes ao secundário (CIAVATTA, 2009, p. 391-396).

De acordo com Acácia Kuenzer, “a diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais acabaram por viabilizar o reconhecimento da legitimidade de outros saberes, não só os de cunho geral”, apesar do reconhecimento social do ensino propedêutico não se alterar substancialmente (KUENZER, 2001, p. 15-16).

No ano de 1971, a nova LDB tornou obrigatório o ensino profissionalizante de 2º grau. A lei articulava-se ao período da ditadura, pois tinha entre seus objetivos: conter a demanda de alunos para o ensino superior (reivindicação do movimento estudantil na década anterior); reorganizar o currículo, tornando-o tecnicista e despolitizado; preparar trabalhadores qualificados para o desenvolvimento que seria alcançado no período do “milagre econômico”.

Essa legislação exclui a dualidade da legislação escolar, pois estabeleceu um caminho único para todos os estudantes do segundo grau: a profissionalização. No entanto, essa legislação não solucionou os problemas da escola de 2º grau e, ainda nos anos 1970, foram alterados os dispositivos legais que obrigavam a habilitação profissional (KUENZER, 2001, p. 17-21).

Nos anos 1990, o Decreto nº. 2.208 de 1997 determinou a separação entre o ensino médio e a educação profissional, obrigando as escolas a oferecerem cursos técnicos nas modalidades concomitante e/ou subsequente<sup>5</sup> ao ensino médio. A medida gerou protestos de vários

<sup>5</sup> O artigo 5º do Decreto nº 2.208/1997 determinava que: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997). O curso técnico concomitante é realizado de forma paralela ao ensino médio e pode ser feito na mesma instituição de ensino ou em diferentes instituições. O curso técnico subsequente tem como alvo os alunos com ensino médio completo, cursado em qualquer instituição pública ou privada de ensino.

educadores, desarticulando os cursos integrados oferecidos nas Escolas Técnicas Federais, transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Os recursos para a reforma educacional da década de 1990 foram originados no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financiou parte do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). O decreto foi complementado pela portaria do MEC nº. 646/97, que obrigou os CEFET's a reduzirem pela metade o número de matrículas nos cursos técnicos integrados oferecidos por essas escolas. Sobre o Decreto nº. 2.208/97, Frigotto e Ciavatta afirmam:

Ele reinstaura uma nova forma de dualismo na educação ao separar a educação média da educação técnica. Por isso ele é incompatível, teoricamente e em termos de ação política, com um projeto democrático de educação adequado ao baixo nível de escolaridade básica e de formação profissional economicamente ativa, no sentido de superar essa realidade (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 119).

No ano de 2004, a legislação da educação profissional foi mais uma vez modificada, permitindo a existência dos cursos técnicos integrados, assim como cursos subsequentes e concomitantes. Para os críticos desse decreto, a dualidade educacional foi reconhecida mais uma vez, ao permitir diversas possibilidades de articulação entre o ensino médio e o ensino técnico (RODRIGUES, 2005, p. 261).

Rummert, Algebaile e Ventura acreditam que a expansão do acesso da educação no Brasil (inclusive da educação profissional de nível médio e técnico), da forma que tem sido realizada, estabelece uma “dualidade educacional de novo tipo”:

Na dualidade educacional de novo tipo, o que se altera, substantivamente, são as ofertas educativas que propiciam possibilidades de acesso a diferentes níveis de certificação, falsamente apresentados como portadores de qualidade social igual a das certificações as quais tem acesso as burguesias. Obscurece-se assim, cada vez mais, o fato de que não há,

efetivamente, ações destinadas à elevação igualitária do nível educacional da classe trabalhadora, em sua totalidade (RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2011, p. 18)

## 5 A petrobrás e macaé: mudanças no perfil do trabalhador macaense

As forças produtivas de Macaé no século XIX estavam concentradas na agricultura, pesca e pecuária, inclusive na região serrana da cidade, como nas localidades de Sana, Cachoeiras e Glicério. Em geral, a cultura mais importante para a região era a canavieira. Entretanto, a partir de meados da década de 70, um intenso processo de transformação econômica marcaria a cidade, com a instalação da Petrobrás.

Em 1958, foi realizado o primeiro furo na região (denominada então Bacia de Campos), ainda em sua parte terrestre. Foi um posto destinado a conhecer as camadas geológicas. Naquela época não havia tecnologia que permitisse avançar em direção ao mar. Mas a partir de 1968, com o desenvolvimento de novas técnicas, especialmente a sísmica de reflexão com registro digital, foi iniciada a exploração sistemática da plataforma continental e obtidos os primeiros êxitos. A atividade na Bacia de Campos foi intensificada e em 1974, o poço 1-RJS-9A, perfurado a cerca de cem quilômetros da costa, em águas de 120 metros de profundidade, descobriu o campo de Garoupa. Desde então as descobertas se sucederam, localizadas entre 60 e 130 km da costa, em laminais d'água de 80 até mais de 1600 metros (LOBO JUNIOR *et al*, 1990, p. 42).

A chegada da Petrobras em Macaé ocorreu a partir da construção do terminal de apoio, onde estavam localizadas as oficinas da antiga Estrada de Ferro Leopoldina e do antigo Porto de Imbetiba. Somado à isso, tivemos a chegada das várias empresas subsidiárias

e empreiteiras que tiveram o papel de dar apoio à exploração de petróleo nas plataformas.

Após a chegada da Petrobrás, ocorreram grandes mudanças na cidade, que passou de pacata à grande polo de empregos no interior do Rio de Janeiro, com grande aumento populacional, consequência da vinda de operários e técnicos relacionados com a nova vocação da cidade.

De acordo com o CENSO do ano de 2010, 42,66% da população macaense não nasceu nesse município (SILVA; FARIA, 2012, p. 119). O espaço rural ainda predomina em Macaé, entretanto, a população está, em sua maioria, nas áreas urbanas, localizadas principalmente na faixa litorânea (SILVA; FARIA, 2012, p. 115). A tabela abaixo apresenta dados sobre o crescimento dessa população nas últimas décadas. Na década de 1960, a população urbana correspondia a 40,2% e, em 2010, alcançava a marca de 98,12% da população:

Ano	Total	Urbano	%	Rural	%	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica
1960	58.805	23.620	40,02	35.185	59,8	2.238	26,28
1970	65.453	40.002	61,11	24.451	39,89	2.238	29,25
1980	75.851	55.152	72,71	20.699	27,29	2.238	33,89
1991	100.895	89.336	88,55	11.559	11,45	1.522	66,19
2000	131.462	126.007	95,85	6.454	4,15	1.126	108,11
2010	206.748	202.873	98,12	3.875	1,87	1.217	169,9

**Quadro 2 – Crescimento Total da População Rural e Urbana de Macaé 1960-2010**

Fonte: Brasil (2014) apud Silva e Faria (2012, p. 117)

Um resultado desse processo foi a favelização, ou seja, grandes áreas do centro urbano que possuem uma estrutura precária e com ausência de serviços básicos à população. A concentração de riquezas caracteriza a economia e a sociedade do município. Mais da metade da população migrante de Macaé recebe até três salários mínimos mensais,

enquanto dois por cento desses migrantes têm salários superiores a dez salários mínimos (SILVA; FARIA, 2012, p. 124).

Os dados do SEBRAE do ano de 2010 mostram que os setores de serviços e comércio contavam com o maior número de estabelecimentos em Macaé, sendo estes números 3.589 e 2.908, respectivamente. O setor da indústria era formado por 917 empresas, sendo 27 de grande porte. O setor da agroindústria possuía 151 estabelecimentos, nenhum deles considerado de grande porte (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2011, p. 8). O setor da indústria, nossa área de maior interesse – pois o *Campus* Macaé oferece cursos nessa área - tem suas atividades discriminadas na tabela abaixo:

Indústria	Estabelecimentos
Construção de Edifícios	105
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	86
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	58
Manutenção e reparação de máquinas da indústria mecânica	54
Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	54

**Quadro 3 – Estabelecimentos do setor da Indústria em Macaé – ano de 2010**

Fonte: RAIS/TEM (2010) apud Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2011, p. 10).

As atividades relacionadas à indústria de petróleo e continuam a atrair trabalhadores em busca de emprego. Cerca de 14,7% dos migrantes residentes em Macaé viviam no município há menos de um ano, de acordo com pesquisa realizada pela prefeitura do município entre 2006 e 2007, o que indica que o movimento migratório ainda existe nessa cidade (SILVA; FARIA, 2012, p. 120). Esse processo provocou o aumento do número de escolas que oferecem a educação profissional na região, em geral, escolas pertencentes à iniciativa privada. O *Campus* Macaé, nesse sentido, assume papel importante, por

constituir uma exceção, ao oferecer um ensino público de qualidade, voltado à educação profissional.

## **6 A instalação da escola técnica em macaé: uma luta da população**

Com o impacto da hiperinflação, que predominou na economia brasileira na década de 1980, a dificuldade de custeio da educação da população macaense era visível. Os estudantes tinham grande dificuldade para se manter em Campos dos Goytacazes, por causa dos custos com alimentação e deslocamento, entre outros. O fragmento do artigo abaixo, datado de 1983, publicado no jornal “O Debate”, demonstra tal situação, que apontava para a grande necessidade do estabelecimento de uma escola técnica no município, a fim de possibilitar uma formação profissional para a população, com a consequente elevação dos índices socioeconômicos da região.



***Ilustração 1 – Ajuda para alunos de Macaé que estudam na Escola Técnica é pedida por vereador.***

Fonte: O Debate (1983).



*Ilustração 2 – Escola Técnica não foi autorizada para Macaé.*

Fonte: O Debate (1986).

O artigo do jornal “O Debate” de 12 de julho de 1987 já trazia a notícia, de origem do ministro da educação Jorge Bornhausen, que “A escola técnica não foi autorizada para Macaé”. Essa assertiva trazia à tona a problemática que rondou a instalação da escola técnica no município. Na época, a meta do governo do presidente José Sarney era instalar 200 escolas técnicas<sup>6</sup> em todo o país, e o município não seria contemplado.

Até esse momento as autoridades federais já teriam recebido, há anos, as reivindicações da população macaense, por intermédio de alguns vereadores do município, solicitando a reabertura do SENAI (fechado em 1978). A criação de uma Escola Técnica Federal seria uma solução para a ausência de uma escola de educação profissional na região. Tal

<sup>6</sup> O PROTEC – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – foi iniciado nos anos 1980, durante o governo José Sarney. Para sua realização, O Brasil obteve empréstimo de 74,5 milhões de dólares junto ao Banco Mundial. O PROTEC tinha como objetivos: expandir e melhorar o ensino de 2º. Grau; ajustar o ensino às necessidades do mercado de trabalho; e evitar “estrangulamentos” no acesso aos cursos de ensino superior, ao tornar o ensino técnico uma alternativa de formação (MEC, 1986b, apud RAMOS 1995, p. 135). Das 200 escolas técnicas anunciadas no período de criação do programa, em 1993, somente 11 escolas técnicas haviam sido inauguradas, e outras 36 estavam em construção (RAMOS, 2006, p. 286).



notícia fez com que os vereadores Ivan Drumond e Marilena Garcia iniciassem, junto aos pais e alunos da rede municipal e estadual, uma campanha para o recolhimento de assinaturas para um abaixo assinado, que seria entregue ao ministro da educação.

Até mesmo o memorialista Antonio Alvarez Parada, um dos maiores expoentes da população macaense e já citado no presente artigo, ainda que não atuasse como político (somente como professor), manifestou sua posição, apresentando-se pessimista frente à construção de uma escola técnica federal em Macaé.



*Ilustração 3 – Uma escola profissional para Macaé.*

Fonte: O Debate (1985).



*Ilustração 4 – Antunes acha que Macaé poderá perder a Escola Técnica se não houver união.*

Fonte: O Debate (1987).

Em resposta ao questionamento da população, o Ministério respondeu que não teria informações suficientemente atualizadas sobre o município, e que tais informações deveriam representar a realidade local. Entretanto, já em 27 de agosto do mesmo ano, através do ofício nº. 4713, remetido ao Dr. Mello Franco, candidato a deputado federal pela coordenadoria do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico do ministério da Educação e Cultura, a posição do governo federal já parecia mudar.

No ofício citado, fora solicitada uma área com 15.000 m<sup>2</sup>, o que foi prontamente atendido pela prefeitura. Amigo particular do Dr. Mello, Armando Borges<sup>7</sup> teria conseguido a doação da área com a empresa EMIL<sup>8</sup>, em frente à Vivenda da Lagoa. A essa altura, a empresa petrolífera não estava mais empenhada em buscar trabalhadores no município de Macaé, devido à grande escassez, conforme artigo “[...] a Petrobras vai buscar em outros municípios a mão de obra que ela precisa” (O DEBATE, 1986).

Ainda em 1986, reafirmando a vontade da população macaense, os vereadores Ivan Drumond, Paulo Antunes e Marilena Garcia entregaram ao então Ministro da Educação e Cultura, Jorge Bornhausen, um abaixo assinado contendo trinta mil assinaturas, que pedia a construção da escola técnica federal em Macaé.

No entanto, foi somente em 08 de junho de 1987 que o prefeito Alcides Ramos assinou a decreto nº. 20/87, que desapropriava, mediante composição amigável ou judicial, o imóvel de propriedade da firma Empreendimento Imobiliária Imboassica Ltda., constante de uma área de 50 mil m<sup>2</sup>, de frente para Rodovia Amaral Peixoto, situada na Fazenda Guanabara.

Ainda em junho de 1987, alunos e professores do Colégio Estadual Luiz Reid elaboraram outro abaixo assinado levado ao prefeito, somando no esforço do estabelecimento da escola técnica em Macaé.

<sup>7</sup> Até o momento o sr. Armando Borges só foi encontrado nas pesquisas nesse artigo de 1986, apareceu como umas das pessoas empenhadas no estabelecimento da escola técnica no município.

<sup>8</sup> Empresa conhecida somente pela sigla supracitada.

Enfim, o edital licitatório para a construção da escola foi divulgado em 4 e 5 de maio de 1987 nos jornais de maior circulação, como o Jornal do Brasil, O Globo e Estado de São Paulo.

Em entrevista datada de 20 de abril de 1991, era entrevistado o então presidente da Petrobrás, Alfreu Valença, que se dizia empenhado na construção da escola técnica na cidade, já com previsão orçamentária da empresa para a empreitada, e assumindo o compromisso da construção. Levantava também as iniciativas já constituídas pela população, no mesmo sentido de viabilizar a construção.



*Ilustração 5 – Presidente da Petrobrás está empenhado na construção da Escola Técnica de Macaé.*

Fonte: O Debate (1991).

Em 6 de abril de 1992, finalmente começava a obra para a construção da escola técnica, após a assinatura de contrato entre a Petrobrás e a empresa baiana Beltran Engenharia S/A, ganhadora da concorrência promovida pela primeira, entre as 18 empresas participantes.

A área edificada correspondia a aproximadamente 7000 mil m<sup>2</sup>, onde seriam instaladas 11 salas de aula, 17 laboratórios, 01 biblioteca, 04 oficinas, 01 auditório para 255 pessoas, 01 alojamento para professores, 01 complexo esportivo (com campo de futebol e quadra poliesportiva e vestiário) e, ainda, uma área de recreação coberta e uma parte administrativa, 01 sala médica e odontológica e 02 guaritas.



**Ilustração 6 – Assinado contrato para construção da Escola Técnica.**  
Fonte: O Debate (1992).



**Ilustração 7 – Imagem na terraplanagem do terreno do que seria a Escola Técnica.**  
Fonte: O Debate (1992).



**Ilustração 8 – Os dois primeiros blocos da Escola data já próxima à inauguração**  
Fonte: O Debate (1993).



***Ilustração 9 – Blocos em fase final de construção em Técnica em fase adiantada de construção.***

Fonte: O Debate (1993).

Em 29 de julho de 1993 era inaugurada a UED Macaé (Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Campos), no ano em que a cidade comemorava 180 anos de sua criação. Naquela data, o jornal O Debate apresentava em destaque a matéria “Escola Técnica Federal, um presente de US\$ 3,6 milhões da Petrobrás para Macaé”.

O seu estabelecimento na cidade marcava um grande avanço para a população macaense, trazendo ao município um ensino de reconhecida qualidade, com o objetivo de suprir a demanda gerada pelas empresas que se instalaram na região.



***Ilustração 10 – Inauguração da Escola Técnica em Macaé, com a presença de Nagib Kalil, Carlos Emir e Miguel Ramalho da esquerda para direita.***

Fonte: O Debate (1993).

Um episódio curioso que aconteceu no dia da inauguração da escola, foi a recusa da assinatura do convênio UENF-ETFC, de colaboração entre a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a ETFC, pelo diretor da última, Miguel Ramalho, apoiado pelo seu conselho Técnico-Consultivo. A polêmica, divulgada pelo jornal, envolvia a instalação de laboratórios da UENF na nova escola, que teve a negativa da direção da ETFC.

Posteriormente, em 17 de janeiro de 1995, o convênio que cedia a instalação provisória em parte das dependências da UED-Macaé para o Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo (Lenep que pertencia à UENF), seria assinado em solenidade que contou com a presença do diretor da UED-Macaé, à época, José Henrique Ressiguer; do diretor da ETFC, Roberto Moraes Pessanha; do reitor da UENF, Vanderlei de Souza; do Coordenador do Lenep, Carlos Alberto Dias e da presidente da Fundação Educacional Norte Fluminense, Gilca Weinstein, documentada pelo jornalista Martinho Santafé, desfazendo a polêmica iniciada na inauguração.



***Ilustração 11 – Imagem aérea.***

Fonte: O Debate (1992).



**Ilustração 12– Imagem aérea**

Fonte: BRASIL, [20--?].

O resgate da cronologia dos fatos que resultaram no estabelecimento da escola técnica federal no município de Macaé mostra-se fundamental para o entendimento das dificuldades que foram transpostas, por meio da perseverança de personagens públicos e privados à época, e da população, a qual se manifestou através de seus representantes e, diretamente, através das assinaturas recolhidas.

## **7 Considerações e perspectivas**

A recuperação da memória do IF Fluminense *campus* Macaé está inteiramente relacionada com a história da própria cidade de Macaé e, também, com as transformações sociais, econômicas e culturais nas quais o município está inserido. Nesse sentido, conforme o trabalho com as fontes primárias da época se desenvolve, descortinam-se novos fatos que demonstram a importância do trabalho.

Os bolsistas, que vêm desenvolvendo a recuperação das fontes de informação, conforme ilustração 13, estão constantemente utilizando ferramentas virtuais, construindo referências, bibliografias ou mesmo

textos, para a apresentação dos trabalhos, atuando como modificadores do seu espaço. Eles são diariamente levados a confrontar sua realidade à da época que sobre a qual vêm estudando, traçando paralelos e percebendo a relevância do trabalho histórico para construção da identidade regional.

O passo que consiste na recuperação das fontes e reconstrução da história do *campus* através de jornais da época continua, de modo que possa ser levado à comunidade interna e externa um pouco da história de nossa escola e também de Macaé, através de exposições no próprio *campus* e em outras instituições relacionadas à cultura e educação. Acreditamos que essas ações contribuam para a institucionalidade do IF Fluminense e para a aproximação da rede federal com a população em geral. Nossa perspectiva é realizar exposições itinerantes e um obter um espaço permanente no *campus*, demonstrando aos visitantes a nossa história. Pretendemos, também, utilizar as redes sociais como elemento agregador e disseminador do trabalho realizado.



**Ilustração 13 – Bolsista manuseando Fontes primárias**

Fonte: Dos autores (2014).

Outro ponto fundamental é atingir a sociedade e, além das iniciativas já colocadas, planeja-se disponibilizar o acervo com as fontes já



levantadas, na *web* e em espaço físico, facilitando o acesso às informações e proporcionando um espaço dedicado à pesquisa histórica da região.

É fundamental valorizar e proteger a memória relativa à construção diária, que podemos dizer ser a Educação, representada na escola. As edificações, por si só, lembram das iniciativas que possibilitam novos espaços para troca. Entretanto, é o elemento humano, presente nos seus interiores, que será o transformador da sociedade e das próprias construções, no futuro. Ainda, em se tratando de uma instituição educacional, a proximidade com a formação e crescimento do indivíduo trazem à tona, novamente, a necessidade de que a memória institucional seja preservada.

### Referências

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitais dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. Brasília, 1987. 2v.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. **Fotos do campus Macaé**. Macaé, RJ, [20--?]. Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/campus/macaee/fotos/fotos-do-campus-macaee>>. Acesso em: 21 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rio de Janeiro: Macaé: infográficos e histórico**, 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=330240>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Surgimento das escolas técnicas**. [Brasília?], 28 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em: 10 out. 2014.

CAUTIERO, Gisele Muniz dos Santos; FRANCO, M. da Conceição Vilela. **Macaé nos séculos XX e XXI**. Macaé, RJ: Prefeitura de Macaé, 2013. Mimeografado.

CIAVATTA, Maria. As leis de equivalência: esmaecendo a discriminação. In: \_\_\_\_\_. **Mediações históricas de trabalho e educação**. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina; CNPq; Faperj, 2009.

CORRÊA, Nádia Batista. **Sobre a integração do ensino médio do campus Macaé do Instituto Federal Fluminense: mediações e contradições**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 89-193, maio-ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93- 130, abr. 2003.

FROSSARD, Larissa. Cidade conta a sua história: um educador escrevendo para o público infantil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2006. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/311LarissaFrossard.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

GOMES, Luiz Cláudio Gonçalves. **Imagens não cotidianas: Escola de Aprendizes Artífices de Campos (1909-1942)**. 2004. Dissertação (Mestrado

em Educação)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.

KUENZER, Acácia. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-75.

\_\_\_\_\_. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

KUNZE, Nádya Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, nov. 2009.

LOBO JUNIOR, Dácio Tavares et al. **Macaé**: síntese geo-histórica. Rio de Janeiro: 100 Artes Publicações, 1990.

LOUREIRO, Walter Luiz de Mello. **Análise do uso de indicadores sociais pelas pequenas e médias empresas da cadeia produtiva de petróleo em Macaé**: em estudo de caso múltiplo. 2013. 221 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013.

MACAÉ (RJ). Prefeitura. **Síntese da história de Macaé**, 2014. Disponível em: <<http://www.macaе.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/sintese-da-historia-de-macaе>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MIRANDA, Thiago C. P. dos Reis. Especial expulsão dos jesuítas: cortados pela raiz. **Revista de história.com.br**, Rio de Janeiro, 18 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/especial-expulsao-dos-jesuitas-cortados-pela-raiz>>. Acesso em: 5 out. 2014.

O DEBATE. Macaé: Jornal o Debate, 1983- 1996.

RAMOS, Marise Nogueira. **Do ensino técnico à educação tecnológica**: (a) historicidade das políticas públicas dos anos

90. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1995.

\_\_\_\_\_. A reforma do ensino médio técnico nas instituições federais de educação tecnológica: da legislação aos fatos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio e técnico**. Brasília: INEP, 2006, p. 283-310.

RESSIGUIER, José Henrique B. **Atividade petrolífera e impactos no espaço urbano do município de Macaé/RJ: 1970/2010**. 2011. 101f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades)–Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

REVISTA MUNICÍPIOS DO BRASIL, MACAÉ: do açúcar ao petróleo: as belezas da serra e do mar. Rio de Janeiro: Edinal, 1989.

RODRIGUES, José. Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3, n. 2, p. 259-282, 2005.

RUMMERT, Sônia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/ANPED.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Informações socioeconômicas do município de Macaé**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2011. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/49346AEFAC928C7E83257953005D7B06/\\$File/NT00046776.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/49346AEFAC928C7E83257953005D7B06/$File/NT00046776.pdf)>. Acesso: 10 nov. 2014.

SILVA, Marcelo Werner da; CRUZ, Ana Carolina Soares; CUNHA, Marianna Rocha Antunes da. A implantação ferroviária no estado do Rio de Janeiro: 1854-1900. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO

ESR, 4. , 2011, Campos dos Goytacazes, RJ. **Anais...** Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: <[http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST04/ST04.2\\_Marcelo\\_Werner\\_da\\_Silva.pdf](http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST04/ST04.2_Marcelo_Werner_da_Silva.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. O mapa da migração em Macaé: impactos da industrialização no processo de urbanização. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, v. 14, n. 2, p. 111-132, 2012. Edição especial.

TAVARES, Alice F.; CAUTIERO, Gisele Muniz dos Santos; FRANCO, Maria da Conceição Vilela (Orgs.). **Relatos e personagens na história de Macaé**. Macaé: Solar dos Mellos, 2014.

TOKARNIA, Mariana. País precisa aumentar investimentos em educação e ampliar matrículas. In: **UOL Educação**, Brasília, 15 set. 2014. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/09/15/pais-precisa-aumentar-investimentos-em-educacao-e-ampliar-matriculas.htm>>. Acesso em: 3 nov. 2014.